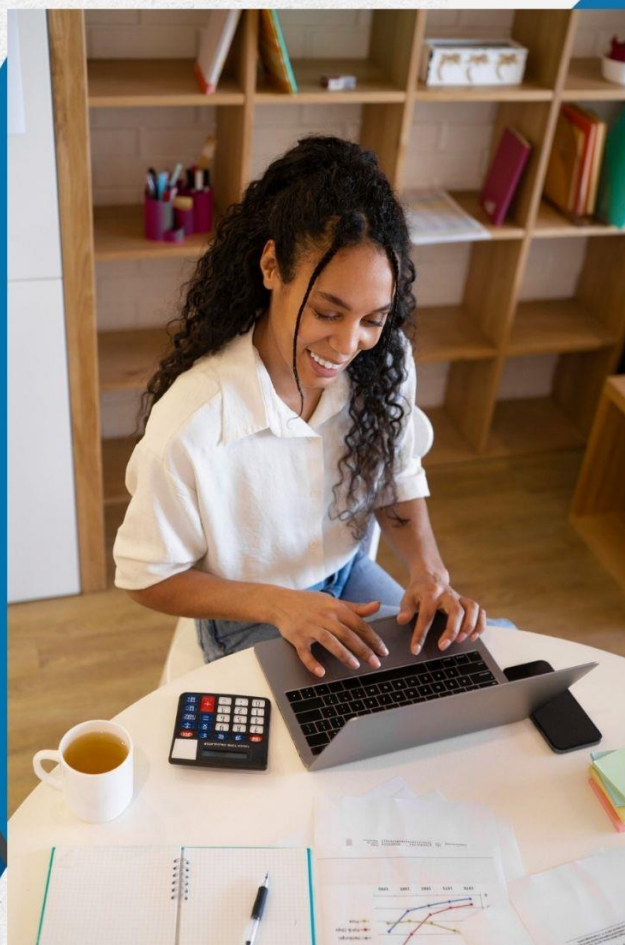


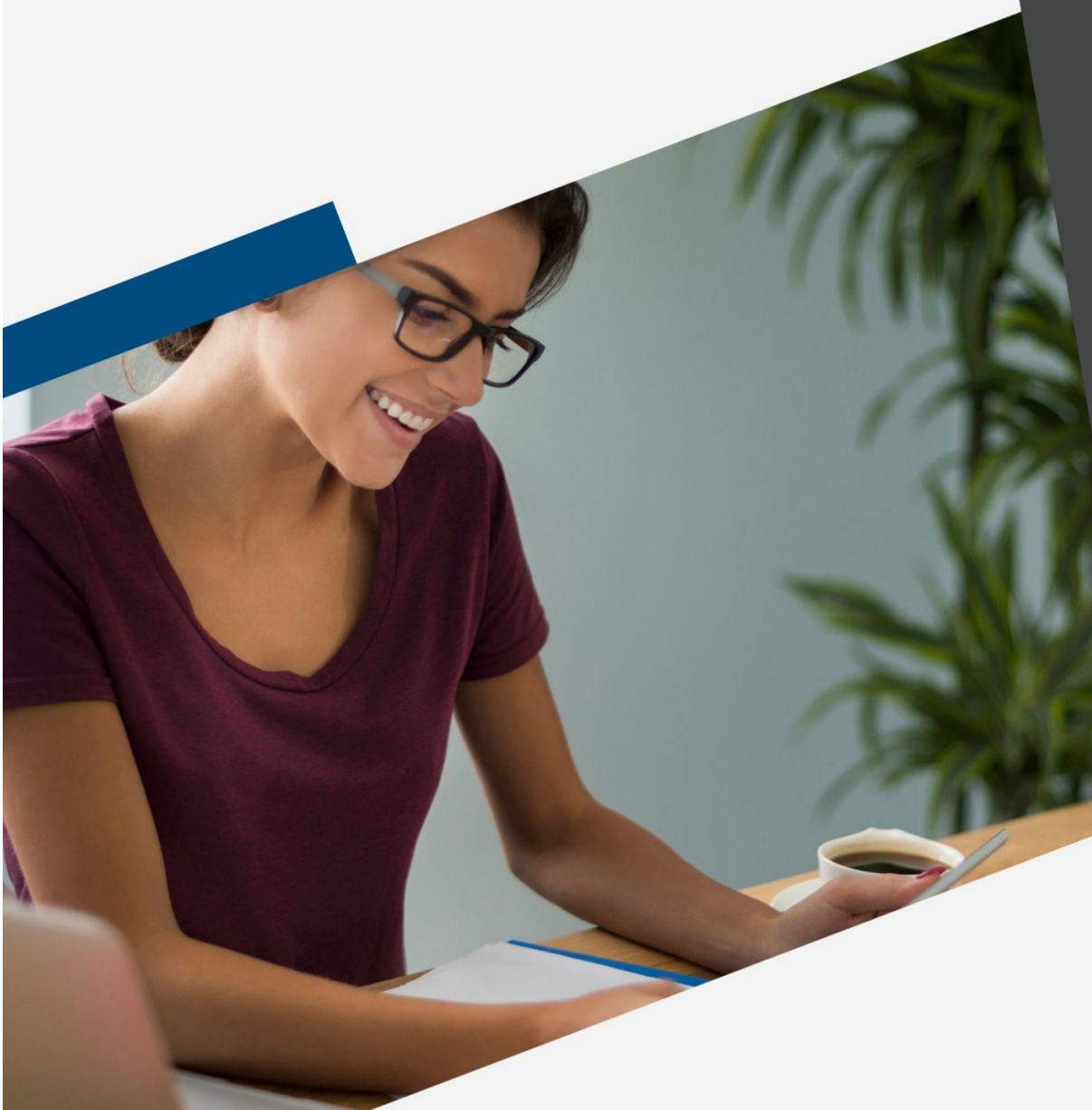
APÊNDICE B – Relatório Técnico (PTT) derivado do TCC




PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

PERFIL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL E A UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO

Relatório técnico apresentado pela mestranda Amanda Caroline Ortega de Oliveira Zambelli ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Silvio Paula Ribeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.





Resumo	03
Objetivos	04
Contextualização	05
Fundamentação Teórica	06
Procedimentos Metodológicos	07
Diagnóstico e análise	08
Resultados encontrados	10
Propostas de Intervenção	11
Responsáveis pela proposta	13
Referências	14

RESUMO

O presente Relatório Técnico de Diagnóstico Institucional constitui o Produto Técnico Tecnológico (PTT) derivado da dissertação de mestrado profissional intitulada “ Perfil dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Utilização de Crédito Consignado”, desenvolvida no âmbito do PROFIAP/UFMS.

O documento sugere a criação de um Programa Permanente de Educação Financeira voltado aos servidores da UFMS, fundamentado nos dados da pesquisa sobre o endividamento e o uso do crédito consignado. O Programa será apresentado à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e tem como objetivo incentivar o uso responsável do crédito, de forma a promover a diminuição do comprometimento da renda dos servidores em decorrência do uso descontrolado de crédito.



A partir de uma análise documental e aplicação de questionário estruturado com 262 respondentes, foi possível traçar o perfil dos servidores com maior comprometimento financeiro em decorrência da utilização do crédito consignado e medir o seu conhecimento em finanças e investimentos.

OBJETIVO DO RELATÓRIO

Apresentar o diagnóstico técnico do perfil dos servidores da UFMS na utilização do crédito consignado, e propor a criação de Programa de Educação Financeira voltado aos servidores da UFMS, ativos e aposentados, com o objetivo de informar, capacitar e promover o uso responsável do crédito, principalmente na modalidade consignado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar, com base nos resultados da pesquisa, os principais fatores que levam ao endividamento dos servidores da UFMS;
- Propor a elaboração de material educativo, com base nos dados encontrados na pesquisa, para promover orientação aos servidores quanto ao uso consciente do crédito consignado;
- Propor programas de capacitação aos servidores ativos e aposentados quanto à Educação Financeira;



CONTEXTO

A pesquisa mostrou um quadro alarmante de dívidas e fragilidade financeira entre os servidores da UFMS, causado principalmente pelo uso frequente do crédito com desconto em folha, falta de reserva de emergência e baixo nível de conhecimento financeiro.

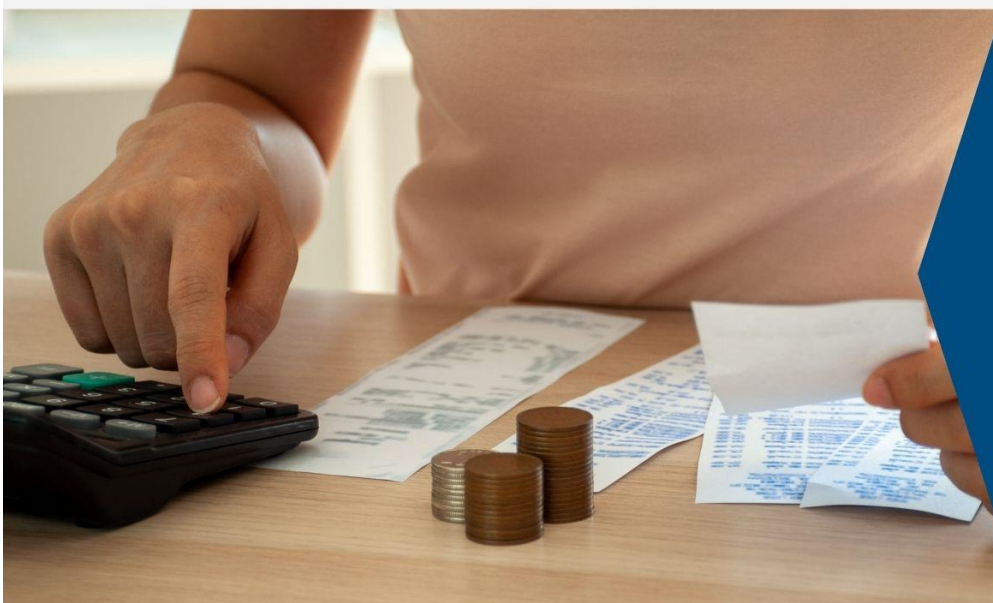
A análise dos dados do questionário aplicado demonstrou que mais da metade dos entrevistados disse que já pegou crédito consignado pelo menos uma vez, sendo o principal motivo para pagar dívidas antigas. A maioria dos que responderam tinha uma renda familiar entre R\$ 4.500,01 e R\$ 9.000,00, que é a faixa onde há mais comprometimento de renda.

Esses dados reforçam a necessidade de ações institucionais voltadas à educação financeira e que possam promover a conscientização, o planejamento financeiro e o uso responsável do crédito, que são elementos fundamentais para o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores.

A UFMS, através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), tem uma estrutura consolidada para capacitação e programas de desenvolvimento, como o Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que prevê cursos obrigatórios para adesão. Além disso, a PROGEP sugere, anualmente, a realização de cursos para a compensação das horas em decorrência do recesso de final de ano, isso cria uma oportunidade concreta para incluir formações em educação financeira entre as temáticas disponibilizadas aos servidores.



Mais da metade dos servidores que responderam ao questionário aplicado afirmaram que já contrataram empréstimo consignado pelo menos uma vez.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A proposta se baseia nos princípios da educação financeira como política pública de bem-estar social. Savóia, Saito e Santana (2007) e Lusardi e Mitchell (2014) afirmam que o conhecimento financeiro leva a decisões mais conscientes, diminui o endividamento e ajuda a manter o equilíbrio econômico e emocional.

O Banco Central do Brasil (2022), através da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), enfatiza que o desenvolvimento de competências financeiras deve ser uma prioridade também nas instituições públicas, visando à sustentabilidade econômica dos servidores.

A literatura ainda aponta que a educação financeira no setor público é capaz de aumentar o engajamento, reduzir o absenteísmo e melhorar a produtividade ao proporcionar mais segurança e tranquilidade nas decisões pessoais e familiares.

O aprendizado eficiente da educação financeira vai além de aprender a reduzir despesas, proporciona uma mudança na mentalidade do consumidor, quando o assunto é dinheiro, formando consumidores conscientes e capazes de tomar decisões financeiras de qualidade e com autonomia, o que consequentemente gera uma melhor qualidade de vida ao indivíduo (De Souza, 2024).

Ao sugerir a criação de um Programa Permanente de Educação Financeira, este documento técnico pretende estar em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), que foi estabelecida pelo Decreto nº 9.991/2019. O objetivo da administração pública federal é desenvolver competências técnicas, gerenciais e comportamentais para alcançar os objetivos institucionais. Portanto, a base teórica que orienta esta proposta junta a educação financeira como política pública, o comportamento financeiro do servidor e a gestão de pessoas no setor público. Isso forma a base conceitual para o planejamento e a execução das ações recomendadas neste relatório.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento deste Produto Técnico-Tecnológico se baseou nos resultados da dissertação "Perfil dos Servidores Públicos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Utilização de Crédito Consignado". A pesquisa original foi aplicada, com uma abordagem quantitativa e descritiva, realizada através de um questionário estruturado aplicado a 262 servidores da UFMS, além da análise documental de dados institucionais fornecidos pela Universidade, referentes à folha de pagamento e às consignações em folha.

As informações obtidas permitiram identificar o perfil socioeconômico dos respondentes, os principais fatores relacionados ao endividamento e a percepção sobre educação financeira.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico elaborado com os dados práticos e a análise de documentos da UFMS mostrou que há alta incidência de endividamento entre os servidores públicos, em decorrência do uso constante do crédito consignado de forma indiscriminada, e utilizado, principalmente, como forma de quitar dívidas anteriores.

A análise das 262 respostas válidas obtidas pelo questionário aplicado mostrou o seguinte quadro:

Indicador analisado	Principais resultados	Percentual (%)
Perfil funcional	Técnicos administrativos	65,3
	Docentes	30,2
	Aposentados	4,5
Faixa etária predominante	41 a 50 anos	41,6
	31 a 40 anos	28,2
Situação funcional	Servidores em atividade	78,6
	Servidores aposentados	21,4
Renda familiar bruta mensal	R\$ 4.500,01 a R\$ 9.000,00	53,1
	Acima de R\$ 9.000,00	28,4
	Até R\$ 4.500,00	18,5
Principal motivo para contratação de crédito consignado	Quitar dívidas anteriores	61,2
	Custear despesas domésticas	18,6
Renegociação de consignado	Já renegociou contratos	57,8
Reserva financeira	Não possui reserva de emergência	62,4
	Possui algum tipo de investimento	17,6
Comprometimento da renda	Acima de 30% da renda líquida	38,9
Conhecimento financeiro	Reconhecem possuir baixo conhecimento sobre finanças pessoais	74,2
Percepção sobre capacitação	Consideram necessária a inclusão da temática de Educação Financeira nos cursos da UFMS	81,7

Os dados apontam que o endividamento entre os servidores da UFMS é um fenômeno abrangente, envolvendo diferentes faixas de renda e perfis funcionais. Apesar de a maioria dos participantes ter nível superior e estabilidade profissional, o uso do crédito consignado é comum, especialmente como forma de pagamento de dívidas anteriores, indicando um sinal de fragilidade no planejamento financeiro pessoal.

A análise confirma que o problema não é só econômico, trata-se também de comportamentos culturais, necessitando de uma abordagem institucional que seja educativa e preventiva. Nesse sentido, faz sentido criar o Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS, que busca mudar o saber em ação e ajudar no bem-estar financeiro dos servidores públicos.



ANÁLISE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO

A análise dos dados coletados no diagnóstico empírico e documental mostra um quadro de vulnerabilidade financeira estrutural entre os servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os resultados indicam que, apesar da maioria dos respondentes ter estabilidade profissional e alta escolaridade, existem deficiências significativas na gestão das finanças pessoais, refletidas no uso frequente do crédito consignado e na falta de planejamento financeiro a longo prazo.

A alta proporção de servidores que usam o crédito consignado para pagar dívidas anteriores (61,2%) revela um ciclo contínuo de endividamento que compromete a renda e limita a capacidade de reserva financeira. Esse comportamento demonstra dependência de crédito e falta de reserva financeira, aumentando a exposição a imprevistos e agravando o comprometimento orçamentário.

Do ponto de vista técnico, esse cenário caracteriza um problema de gestão financeira individual e institucional, pois a ausência de políticas educativas voltadas à formação financeira impacta diretamente o bem-estar, a produtividade e a qualidade de vida dos servidores. Além disso, o fato de aproximadamente 10% da folha de pagamento da UFMS estar comprometida com consignações evidencia a dimensão orçamentária e administrativa do problema, reforçando a necessidade de uma ação institucional estruturada.

Dessa forma, propõe-se aqui a implantação do Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS como resposta técnica e institucional ao diagnóstico realizado. O programa busca atuar integrada e continuamente por meio das ações educativas que incentivem o planejamento financeiro, consumo consciente, uso responsável do crédito contribuindo assim para bem-estar financeiro emocional dos servidores públicos federais.



ANÁLISE TÉCNICA E INTERPRETAÇÃO

A análise dos dados coletados no diagnóstico empírico e documental mostra um quadro de vulnerabilidade financeira estrutural entre os servidores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Os resultados indicam que, apesar da maioria dos respondentes ter estabilidade profissional e alta escolaridade, existem deficiências significativas na gestão das finanças pessoais, refletidas no uso frequente do crédito consignado e na falta de planejamento financeiro a longo prazo.

A alta proporção de servidores que usam o crédito consignado para pagar dívidas anteriores (61,2%) revela um ciclo contínuo de endividamento que compromete a renda e limita a capacidade de reserva financeira. Esse comportamento demonstra dependência de crédito e falta de reserva financeira, aumentando a exposição a imprevistos e agravando o comprometimento orçamentário.

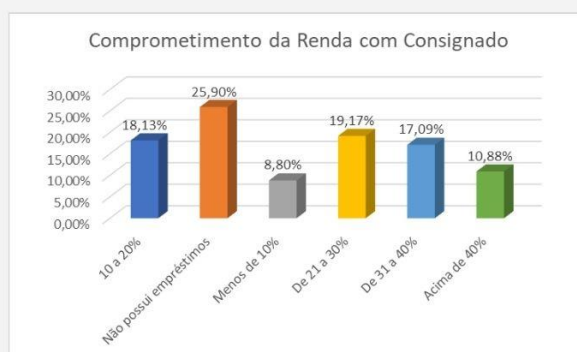
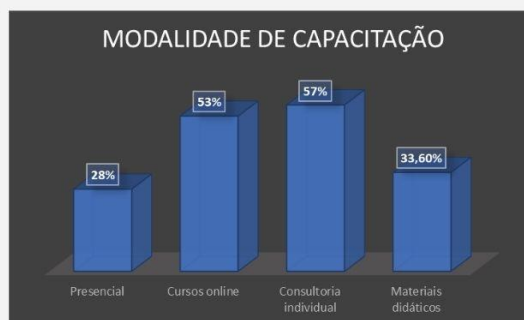
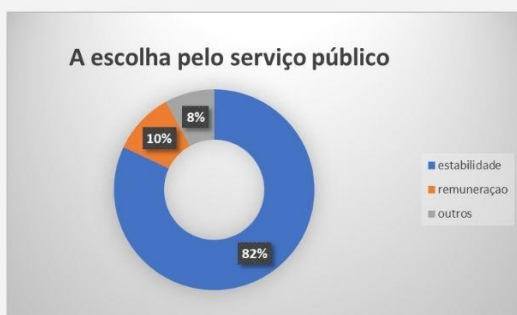
Do ponto de vista técnico, esse cenário caracteriza um problema de gestão financeira individual e institucional, pois a ausência de políticas educativas voltadas à formação financeira impacta diretamente o bem-estar, a produtividade e a qualidade de vida dos servidores. Além disso, o fato de aproximadamente 10% da folha de pagamento da UFMS estar comprometida com consignações evidencia a dimensão orçamentária e administrativa do problema, reforçando a necessidade de uma ação institucional estruturada.

Dessa forma, propõe-se aqui a implantação do Programa Permanente de Educação Financeira da UFMS como resposta técnica e institucional ao diagnóstico realizado. O programa busca atuar integrada e continuamente por meio das ações educativas que incentivem o planejamento financeiro, consumo consciente, uso responsável do crédito contribuindo assim para bem-estar financeiro emocional dos servidores públicos federais.



PRINCIPAIS VARIÁVEIS IDENTIFICADAS NO USO DO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Os gráficos abaixo mapeiam os principais achados da análise dos perfis dos servidores com maior índice de utilização de crédito consignado na UFMS, por meio de dados obtidos no questionário aplicado.



Servidores que possuem comprometimento de margem superior a 40% são representados por homens, faixa etária entre 41-50 anos, casados e possuem especialização ou mestrado, e quanto ao tipo de capacitação preferem cursos online e/ou consultoria individual.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

EIXO 1 – SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO

- Usar os resultados da pesquisa como base científica para a criação de uma cartilha institucional de Educação Financeira, adaptada à faixa etária mais vulnerável identificada (41 a 50 anos);
- Definir temas prioritários, tais como: planejamento financeiro pessoal e familiar, uso responsável do crédito consignado, formação de reserva de emergência, consumo consciente e preparação para aposentadoria;
- Disponibilizar a cartilha em formato digital e acessível no site da PROGEP e nos ambientes virtuais de capacitação da UFMS, bem como a distribuição na integração de novos servidores;
- Integrar o material como apoio pedagógico em cursos e treinamentos futuros de educação financeira.

EIXO 2 – CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO CONTINUADA E CONSULTORIA INDIVIDUAL

- Sugerir cursos de Educação Financeira no catálogo oficial de capacitações da PROGEP, e que estejam dentre os cursos obrigatórios para a inclusão validade para o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) e para compensação de recesso;
- Promover capacitações on-line, presenciais ou híbridas, com carga horária entre 10 e 20 horas, voltadas a temas de finanças pessoais, endividamento e investimentos, que podem ser ministradas por servidores, estudantes ou parcerias, tais como grandes instituições financeiras próximas à UFMS, como Cooperativa Sicredi e Caixa Econômica Federal;
- Implantar um serviço de consultoria individual em educação financeira, voltado aos servidores interessados em orientações personalizadas sobre orçamento, dívidas e planejamento financeiro;

- Propor parceria entre a PROGEP e a Escola de Administração e Negócios (ESAN/UFMS), para que as consultorias sejam conduzidas por estudantes de Administração, Ciências Contábeis e Economia, sob supervisão docente, permitindo a integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- Criar ferramentas no SGP - Sistema de Gestão de Pessoas da PROGEP capazes de filtrar o comprometimento da renda de cada servidor em decorrência de empréstimo consignado, emitindo um alerta para a gestão de pessoas e para o servidor sobre o risco de um superendividamento;

EIXO 3 – EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A APOSENTADORIA

- Incluir módulo sobre Educação Financeira e Planejamento Pós-Carreira no Curso de Preparação para Aposentadoria promovido anualmente pela PROGEP;
- Abordar assuntos como a mudança da renda depois da aposentadoria, controle do orçamento da casa, cuidados necessários para evitar o superendividamento e orientações sobre investimentos de baixo risco;
- Filtrar no SGP (após a criação de módulo sugerido), os servidores que estão aptos a aposentarem e apresentam alto comprometimento com consignados, emitindo alerta e os convidando para participarem da consultoria individual de finanças;
- Promover campanhas de sensibilização contínua, alertando sobre ofertas de crédito consignado, golpes financeiros e fraudes direcionadas a idosos e aposentados;
- Incentivar a criação de grupos permanentes de apoio e troca de experiências entre aposentados, onde se compartilhem práticas de planejamento financeiro e adaptação à nova rotina, em parceria com a Unapi/UFMS - Universidade aberta à pessoa idosa.

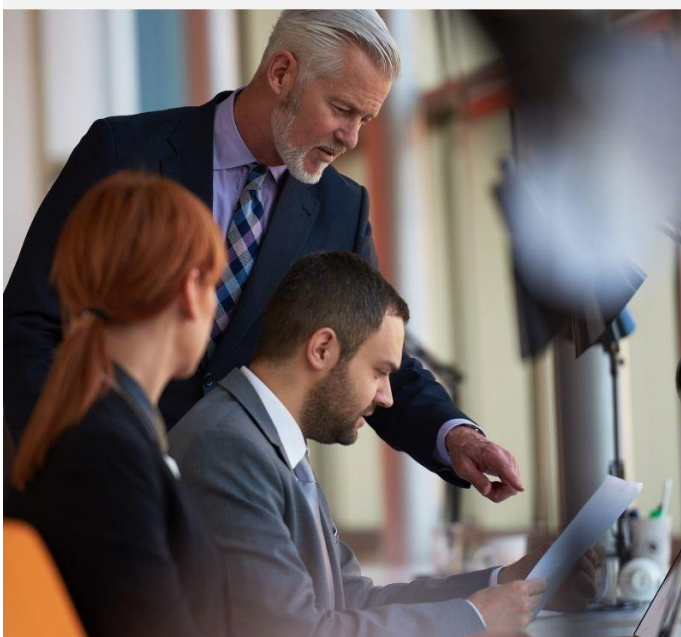
CONTRIBUIÇÃO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Este relatório técnico traz uma contribuição direta à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) ao sugerir a criação do Programa Permanente de Educação Financeira, baseado em dados coletados na própria instituição, por meios documentais e questionário aplicado.

A proposta oferece suporte prático para o planejamento e a realização de ações que visem capacitar, prevenir o endividamento e promover o bem-estar financeiro dos servidores, fortalecendo as políticas de gestão de pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) e ajudando a criar um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES:

- Aprimoramento da administração e das diretrizes de Gestão de Pessoas na UFMS;
- Prevenção ao endividamento e promoção do equilíbrio financeiro entre servidores ativos e aposentados;
- Criação de políticas permanentes de capacitação, alinhadas à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP);
- Inovação na gestão universitária, com modelo replicável em outras instituições federais;
- Fortalecimento da imagem institucional da UFMS, como promotora de boas práticas em educação financeira e sustentabilidade organizacional.



RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Autora

Amanda Caroline Ortega de Oliveira
Zambelli

Orientador

Silvio Paula Ribeiro

Data do Relatório:

11 de dezembro de 2025



REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças pessoais (Conteúdo Básico). Brasília, 2013.

BRASIL. Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Brasília, DF: 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.

LUSARDI, A.; Mitchell, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; Saito, A. T.; Santana, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração pública*, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Ofício Circular Interno n.º 4/2023 – PROGEP/UFMS. Campo Grande, 2023. Disponível em: https://news.ufms.br/uploads/sei_5949968_oficio_circular_interno_4.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Programa de Gestão e Desempenho (PGD). Campo Grande, [s.d.]. Disponível em: <https://progep.ufms.br/pagina-inicial/programa-de-gestao-e-desempenho-pgd/>

Discente: Amanda Caroline Ortega de Oliveira Zambelli
Orientador: Prof. Dr. Silvio Paula Ribeiro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

11 de dezembro de 2025

